

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 05 – Setembro / 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário Adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

João Mário de França – Diretor de Estudos Sociais

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Autores:

Paulo Araújo Pontes (IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (IPECE)

Catarina da Silva Araújo (IPECE)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS,
11

RESULTADO PRIMÁRIO, 18

DÍVIDA PÚBLICA, 19

CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS,
22

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam, o crescimento da Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses deve-se a receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro de 2016. Também contribuiu para esse crescimento a arrecadação de ICMS em junho e julho de 2017, que foi impulsionada pelo Refis promovido naqueles meses. Se a comparação restringir-se ao acumulado até agosto de 2017 constata-se que a RCL, de 2017, está 0,25% abaixo da observada em 2016, sendo a principal explicação para esse fato o não uso, em 2017, dos recursos provenientes dos depósitos judiciais, que é permitido pela Lei Complementar nº 15.878/15.

Por outro lado constatou-se que, no acumulado de 2017, as despesas correntes do Governo do Estado cresceram 2,25%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Além desse crescimento ser superior ao observado na RCL deve-se lembrar que as receitas foram impactadas por fatores não recorrentes, como as receitas do REFIS. Dessa forma, reforça-se o alerta, que foi mencionado nos últimos quatro boletins, da necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

Quanto às receitas correntes do Estado, três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE, que têm sido sistematicamente superiores aos de 2016. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA. Entretanto, não se espera que esse tributo contribua de forma significativa para a arrecadação estadual nos próximos meses, dado que a última parcela (para os veículos em circulação) foi paga em junho de 2017.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$1.000,00 de ago./2017)

Discriminação	set./2015 a ago./2016	set./2016 a ago./2016	Δ%
Receita Corrente Líquida	17.306.707	18.420.887	6,44
ICMS	9.194.999	9.309.160	1,24
FPE	4.819.963	5.465.591	13,39
IPVA	656.983	728.858	10,94
Despesa Correntes	18.306.519	18.744.230	2,39
DTP	7.333.330	7.560.190	3,09
Despesa com pessoal ativo	6.088.112	6.109.424	0,35
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.965.787	2.059.991	4,79
Despesas com Terceirizações	1.419.385	1.385.968	-2,35
Juros e Amortizações	1.387.542	1.245.425	-10,24
Investimentos	2.441.156	2.133.622	-12,60
Resultado Primário	-621.533	759.711	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$1.000,00 de ago./2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até ago./2016	Até ago./2017	
Receita Corrente Líquida	11.694.168	11.664.659	-0,25
ICMS	6.009.074	6.144.164	2,25
FPE	3.275.908	3.415.961	4,28
IPVA	617.456	690.058	11,76
Despesa Correntes	11.745.301	12.009.969	2,25
DTP	4.725.342	4.848.743	2,61
Despesa com pessoal ativo	3.889.395	3.937.101	1,23
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.286.121	1.363.529	6,02
Despesas com Terceirizações	851.044	740.149	-13,03
Juros e Amortizações	941.636	848.658	-9,87
Investimentos	1.264.801	1.195.905	-5,45
Resultado Primário	592.712	415.335	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Continuam merecendo destaque as despesas com inativos estarem crescendo mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade pedidos de aposentadoria entre os servidores do Estado. Como o gasto com inativos é considerado no cálculo dos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é possível intuir que o Estado passará a contar com um número cada vez menor de pessoal ativo para atender as necessidades da população.

No que se refere ao cenário macroeconômico tem-se, em síntese, que a análise das previsões dos principais indicadores macroeconômicos permite concluir que os especialistas de mercado, de maneira geral, estão cada vez mais otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017, indicando uma consolidação do processo de recuperação, apesar dos fatores que conferem incerteza ao cenário. Entretanto, reforça-se com mais força a necessidade de controle das contas públicas e do endividamento, especialmente no âmbito federal, para evitar um retrocesso nos avanços verificados recentemente. Isso é importante para o Ceará, pois, mesmo que suas finanças se encontrem em melhor situação relativa que as do País, os desdobramentos que ocorrem na economia nacional acabam afetando direta ou indiretamente o Estado e o seu controle na área fiscal. Portanto, se a esperada recuperação da atividade econômica continuar a se concretizar, abre-se a perspectiva de um aumento das receitas estaduais. Mas, de forma a garantir mais adequadamente uma situação sustentável, especialmente diante dos fatores de instabilidade presentes, faz-se necessário manter os esforços para o equilíbrio das contas públicas do Estado, especialmente no controle de suas despesas.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

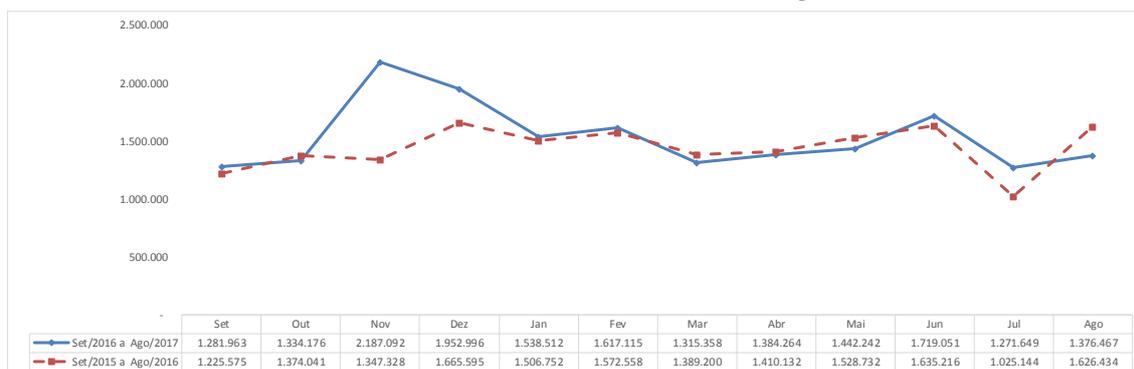
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de setembro de 2016 a agosto de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em setembro de 2015 e finalizado em agosto de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de ago./2017)



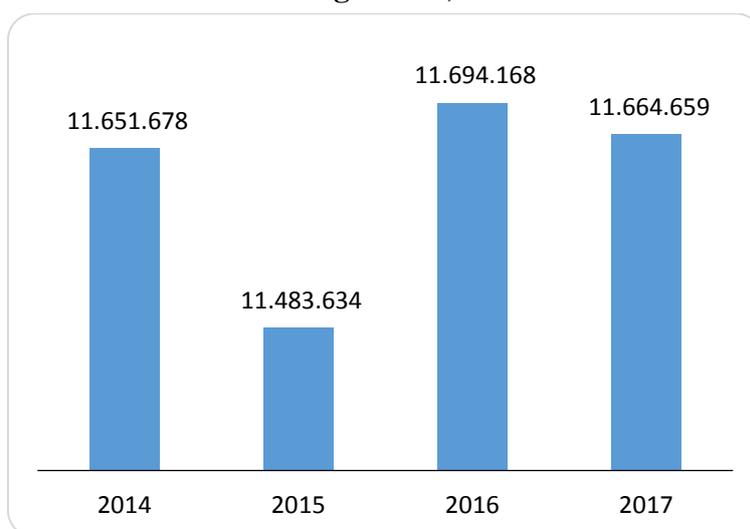
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$18,4 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$17,3 bilhões, isto é, houve um incremento real de 6,4% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento do indicador nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que dos últimos oito meses, da série a Receita Corrente Líquida, em apenas quatro são observados valores maiores do que os do ano anterior.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer bens ou direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Deve-se mencionar, ainda, que em junho e julho, após três meses seguidos, houve um incremento, relativamente a idêntico mês do ano anterior, da RCL, sendo isso, como será visto em seguida, uma consequência do incremento das receitas de ICMS e IPVA.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes até agosto, sendo possível constatar que o ano de 2017 têm apresentado um volume de receitas ligeiramente abaixo do verificado em 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está 0,2% menor que a registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está 0,1% maior que à daquele ano. Relativamente a redução da RCL em 2017, quando compara-se com o ano de 2014, o principal motivo para esse desempenho foi o fato de, em 2016, o uso dos recursos provenientes de depósitos judiciais, permitido pela Lei Complementar nº 15.878, naquele ano. Destaque que, até agosto de 2016, essa fonte de receitas contribuiu com R\$ 436 milhões, enquanto, em 2017, com apenas R\$ 9,2 milhões, ambos em valores correntes.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

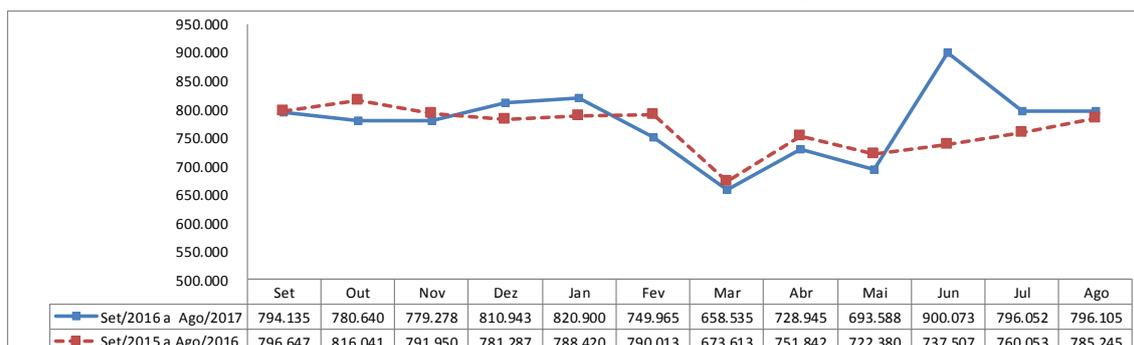


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de agosto de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, em apenas cinco meses, no período de setembro de 2016 a agosto de 2017, apresentou receitas superiores àquelas observadas no período anterior. Entretanto, houve um crescimento real de 1,2% quando se comparam os dois períodos. Esse resultado foi consequência do significativo incremento da arrecadação desse imposto em junho e julho de 2017, frente a idêntico período do ano anterior. A principal explicação desse fato é o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017.

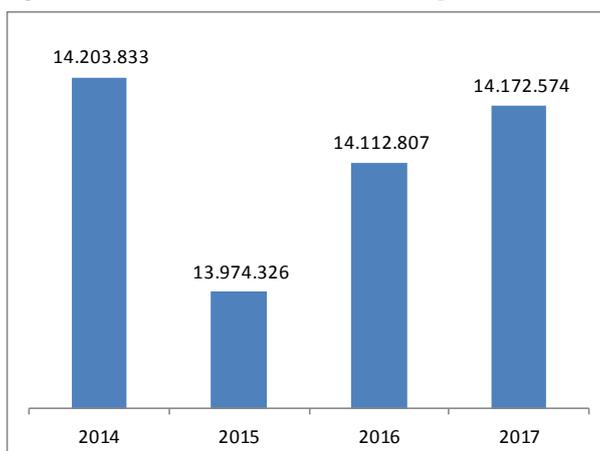
Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação acumulada até agosto, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 está R\$ 135 milhões acima da verificada em 2016. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento de R\$ 162 milhões da arrecadação, no mês de junho de 2017, e de R\$ 36 milhões, em Julho de 2017, comparativamente ao verificado doze meses antes, que, como mencionado anteriormente, foi uma decorrência do REFIS. Entretanto, verifica-se, ainda na Figura 4, que a arrecadação de ICMS em 2017 está em níveis inferiores ao observado em 2014.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até agosto (R\$1.000,00 de ago./2017)

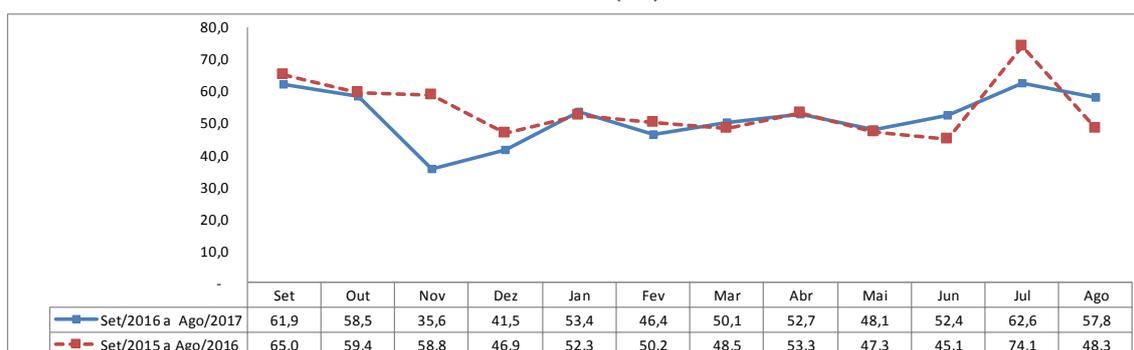


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

Na Figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de set./2016 a ago./2017 e, também de set./2015 a ago./2016. Comparando o resultado obtido no mês de ago./2017, de 57,8%, verifica-se que apresentou um incremento significativo quando comparado ao mesmo mês do ano de 2016, de 48,3%. Porém, o resultado de ago./2017 ficou inferior ao mês anterior, que foi de 62,6%. Ademais, pode-se verificar que os indicadores de julho e agosto foram os melhores resultados do ano de 2017 e bem acima da média de 50% apresentada nos meses anteriores.

Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)

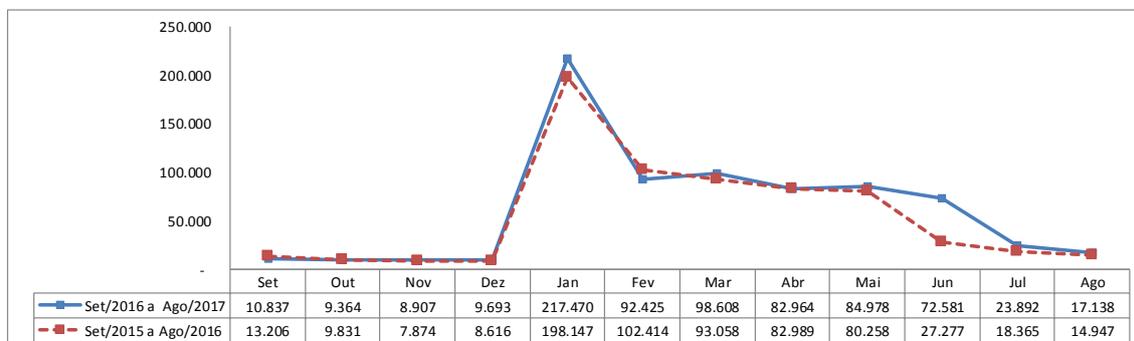


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, nos últimos doze meses, cresceu, em termos reais, 10,9% quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 72 milhões (a preços de ago./2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro, março, maio e junho de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho. O aumento da arrecadação do IPVA em junho de 2017 pode ser explicado tanto pelo fato de, nesse

ano, ter-se possibilitado o pagamento desse imposto em cinco parcelas (fevereiro a junho) como a possibilidade dos devedores desse imposto poderem negociar seus débitos com o REFIS, mencionado anteriormente.

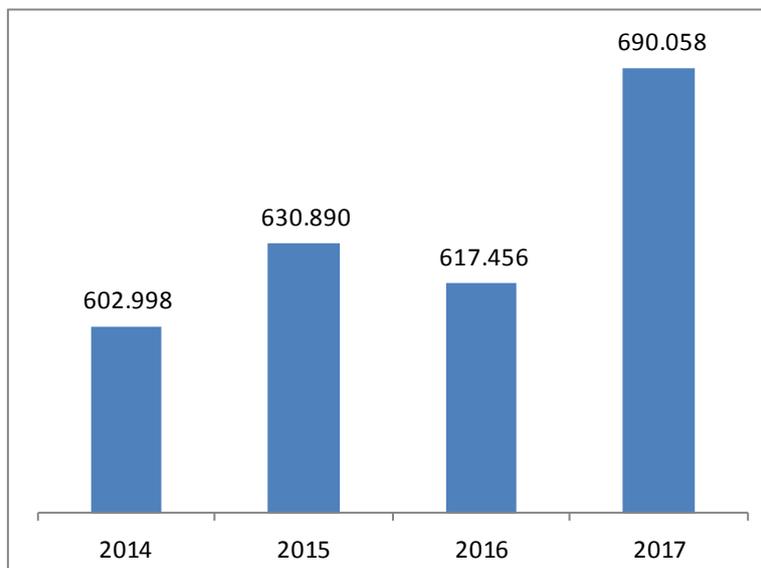
Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho até agosto, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 11,8% em 2017, *vis-à-vis* o idêntico período de 2016. Uma explicação para o incremento da arrecadação de IPVA foi a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017¹ e o programa de parcelamento de débitos fiscais (REFIS), em 2017.

Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

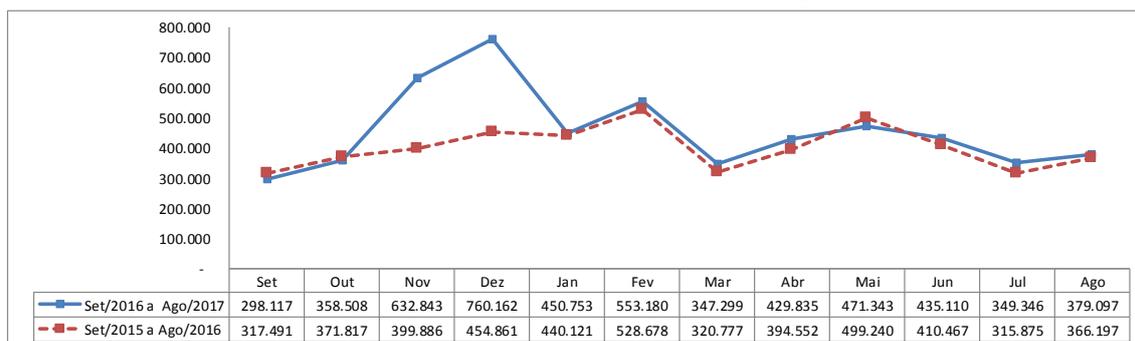
Um fato digno de nota, relativamente ao IPVA, é que a arrecadação até julho de 2017 superou toda a arrecadação de 2016, que foi de R\$ 656 milhões, com esse imposto.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos entre

¹<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

novembro de 2016 e agosto de 2017, exceto pelo mês de maio de 2017, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses superam àquelas do período imediatamente anterior em 13,4%, ou seja, as transferências tiveram um incremento real superior a R\$ 645 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros.

Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

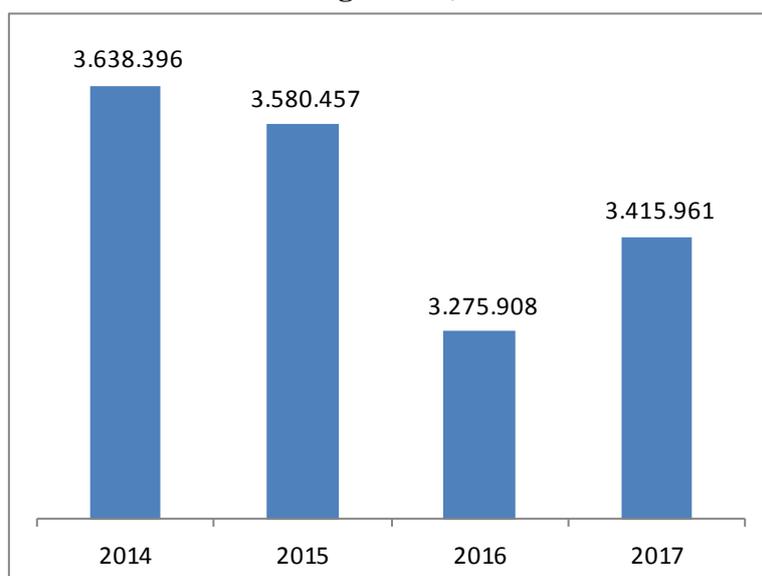


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Um fato preocupante, relacionado ao FPE, foi a queda da arrecadação federal em maio de 2017, que se fez sentir nos repasses da União para o Ceará nesse mês. Como é possível verificar na Figura 8, os repasses de maio de 2017 foram inferiores aos de maio de 2016 em R\$ 27,7 milhões, representando uma queda real de 5,6%. Entretanto as arrecadações de junho, julho e agosto reverteram essa queda.

Relativamente às transferências acumuladas nos cinco primeiros meses do ano constata-se, via inspeção da Figura 9, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 4,28%. Entretanto, deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 6,11% inferiores àquelas observadas em 2014.

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

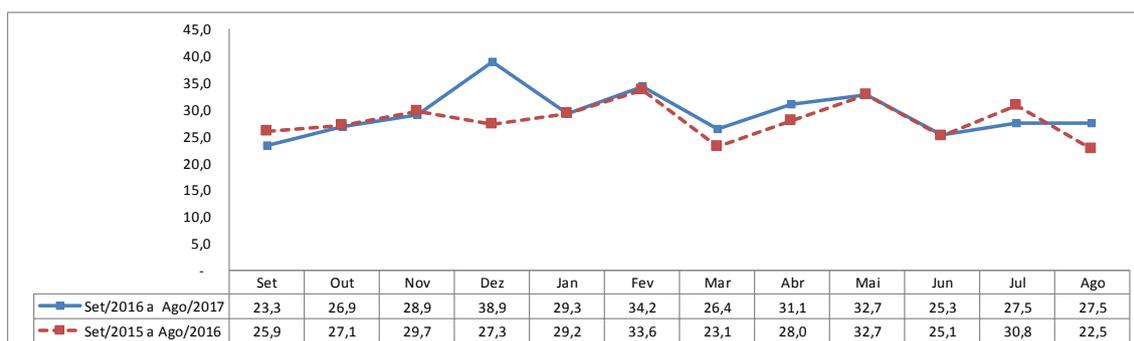


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, tem-se o indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de setembro de 2016 a agosto de 2017, assim como no período de setembro de 2015 a agosto de 2016. Comparando seus resultados verifica-se certa estabilidade em torno de 30%. O indicador de agosto/2017, em particular, foi superior ao mesmo mês do ano anterior ficando no mesmo patamar do mês anterior.

Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

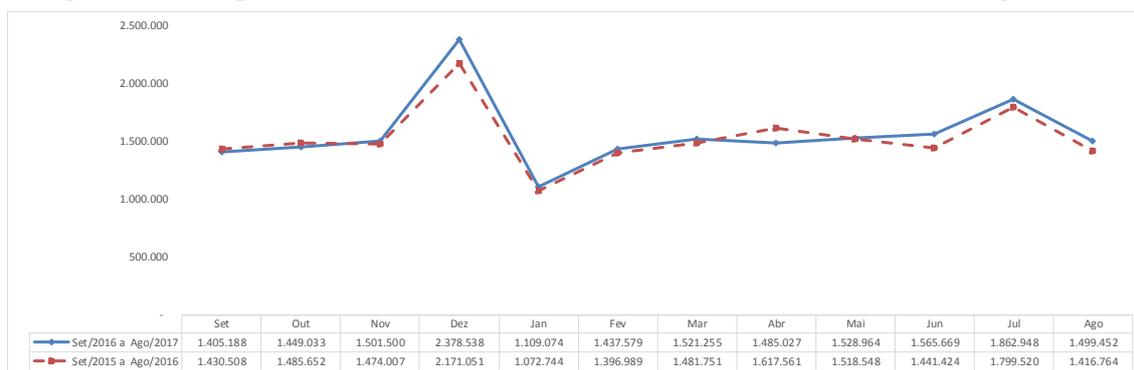
Dado o exposto anteriormente, podem ser obtidas duas conclusões sobre o comportamento das receitas correntes do Estado. A primeira é que o desempenho da arrecadação do IPVA e dos repasses do FPE foi crucial para mitigar os efeitos da queda da arrecadação do ICMS até o mês de maio de 2017. Entretanto, a partir de julho, não se esperam grandes contribuições adicionais do IPVA para a arrecadação estadual. A segunda conclusão é que as receitas de ICMS em junho e julho de 2017 foram impulsionadas pelo lançamento do REFIS em junho, sendo necessário acompanhar o desempenho dessa fonte de arrecadação nos próximos meses.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das despesas correntes dos últimos doze meses, de setembro de 2016 a agosto de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de setembro de 2015 a agosto de 2016. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão acima das observadas nos doze meses anteriores (a preços de agosto/2017). De fato as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de 1,7% quando comparadas ao período anterior.

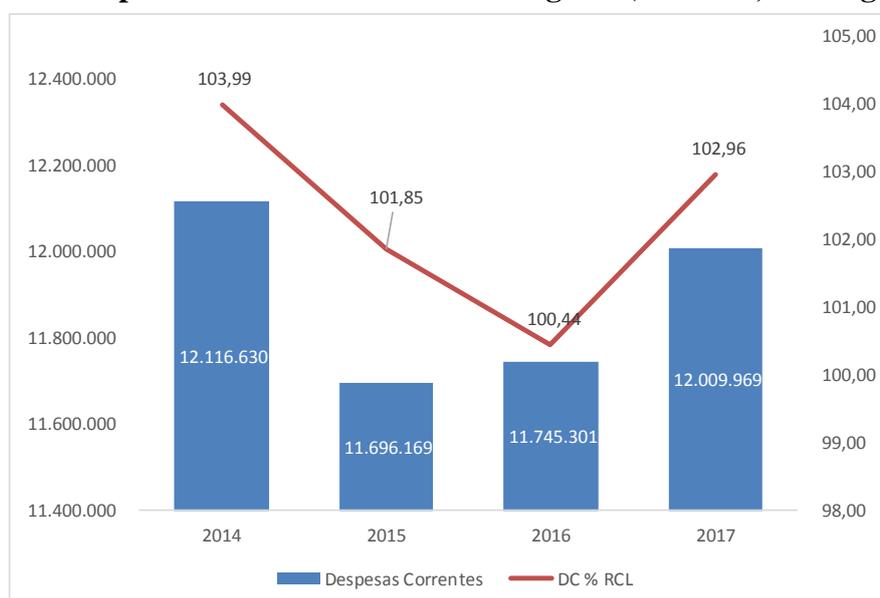
Ao se observar o acumulado até agosto de 2017, cujos dados são apresentados na Figura 12, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 2,2% superiores às de 2016, mas elas ainda estão 0,8% inferiores às de 2014. Constata-se, ainda, que a despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a aproximadamente 103,0% da RCL acumulada até agosto de 2017.

Figura 11: Despesa Corrente dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 12: Despesa Corrente acumulada até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

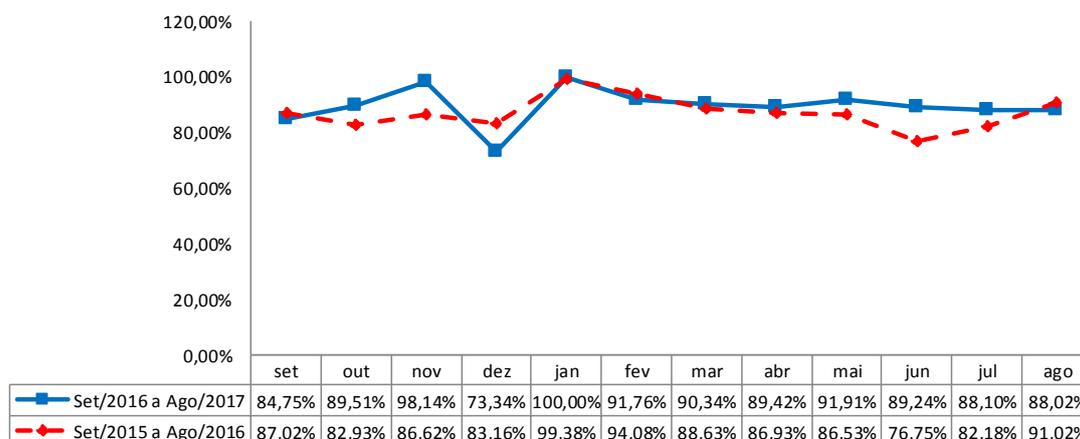


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Analisa-se, também, as despesas pelo enfoque do indicador de Rigidez das Despesas como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação à despesa total. Consideram-se como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações) e outras despesas correntes. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois, demonstra uma menor flexibilidade fiscal, que é necessária em momentos de crise como o atual.

Na Figura 13 é apresentada a evolução do indicador de Rigidez das Despesas nos últimos doze meses, de setembro/2016 a agosto/2017 e ainda para o período de setembro/2015 a agosto/2016. Comparando os resultados, verifica-se que em muitos meses esse indicador situou-se acima de 90%, principalmente no início de 2017. Porém, pode-se destacar que nos últimos três meses esse indicador está abaixo de 90%, que pode ser reflexo nas medidas de redução de gastos e melhoria no planejamento do Governo.

Figura 13: Rigidez das Despesas dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 14. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$7,56 bilhões, valor 3,1% superior ao observado nos doze meses anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que, em agosto de 2017, a despesa com pessoal ficou abaixo da observada no mesmo mês do ano anterior.

Figura 14: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

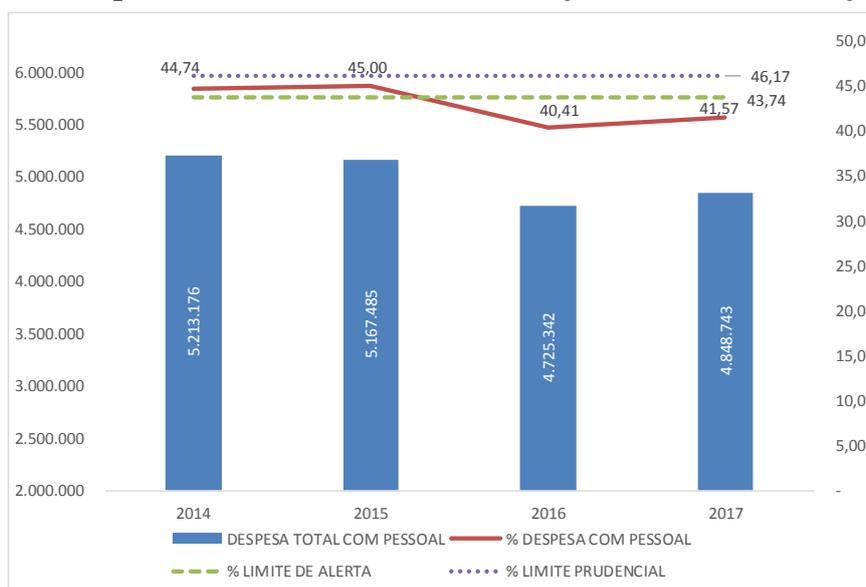
Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,04% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 42,37% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL².

Quanto às despesas com pessoal acumuladas até agosto, observa-se, na Figura 15, que em 2017 elas estão 2,61% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto, elas ainda estão 6,99% abaixo daquelas verificadas em 2014. Considerando-

² Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, contata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF.

Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até julho(R\$1.000,00 de jul./2017)

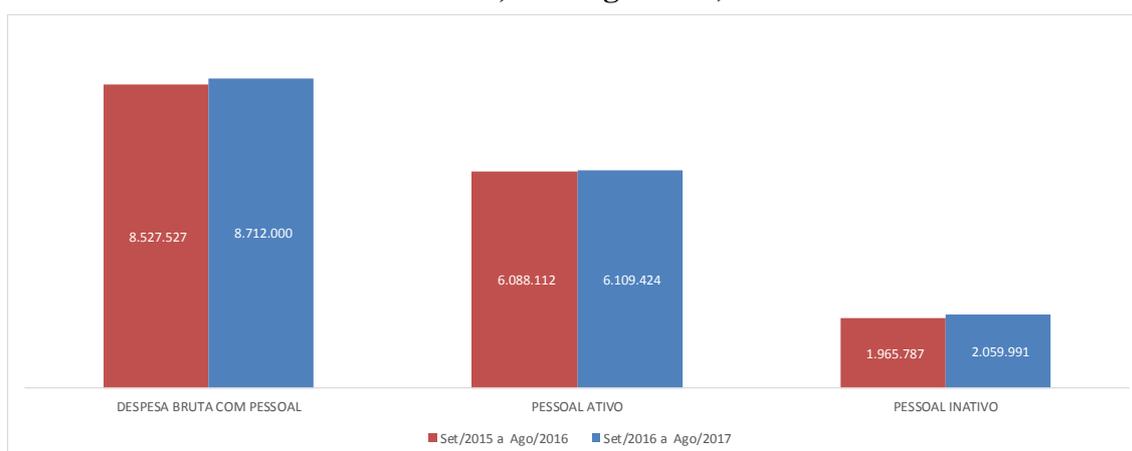


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme pode-se verificar na Figura 16, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo apresentou um leve incremento de 0,35%, as despesas com pessoal inativo cresceram 4,8%, quando se comparam os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

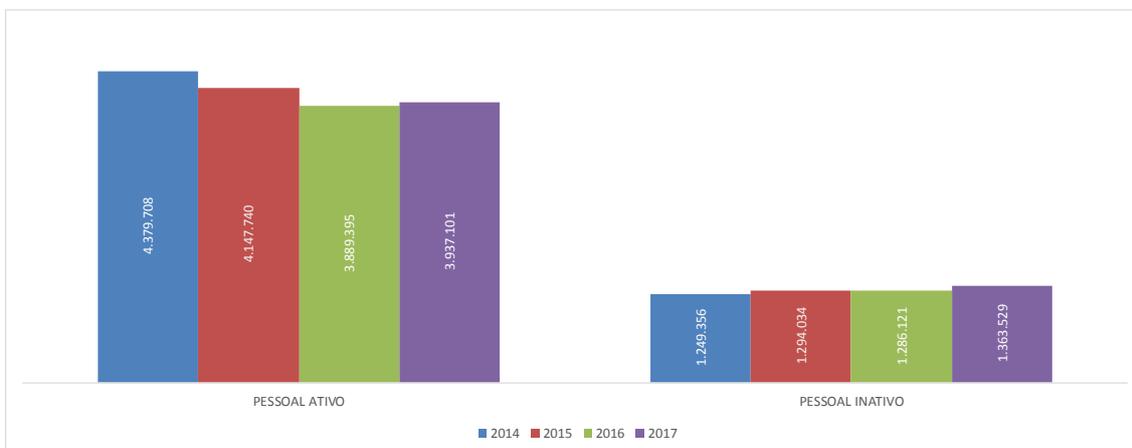


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

É interessante ressaltar que há uma tendência de queda do gasto com pessoal ativo, quando se comparam as despesas de cada ano acumuladas até agosto, nos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 10,1%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em

9,1% (ver a Figura 17). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

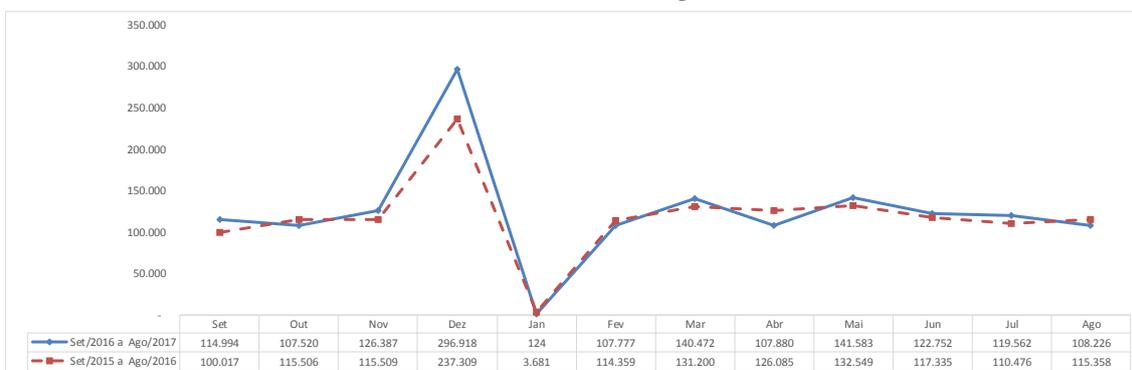
Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, de acordo com a Figura 18, alcançou a cifra de R\$ 1,49 bilhão, valor este 5,3% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,1% da RCL do período, nos doze meses anteriores esse comprometimento foi de 8,2%.

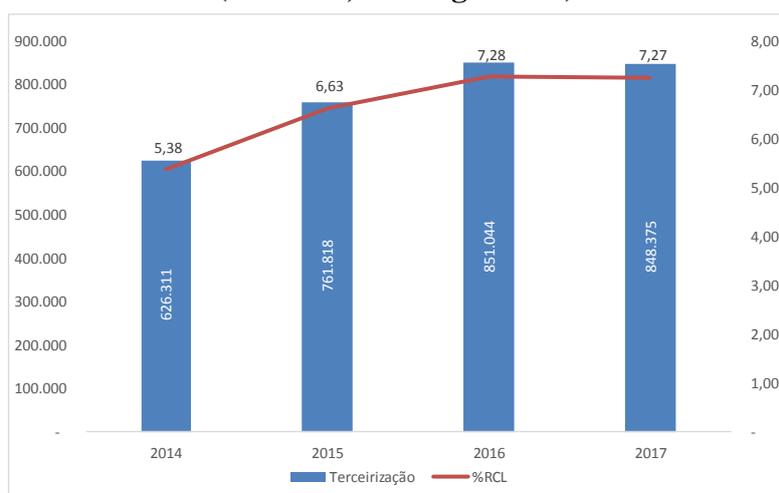
Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando a comparação é entre os valores acumulados até agosto, conforme os dados apresentados na Figura 19, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 35,5% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 5,4% da RCL e, em 2017, 7,3% da RCL.

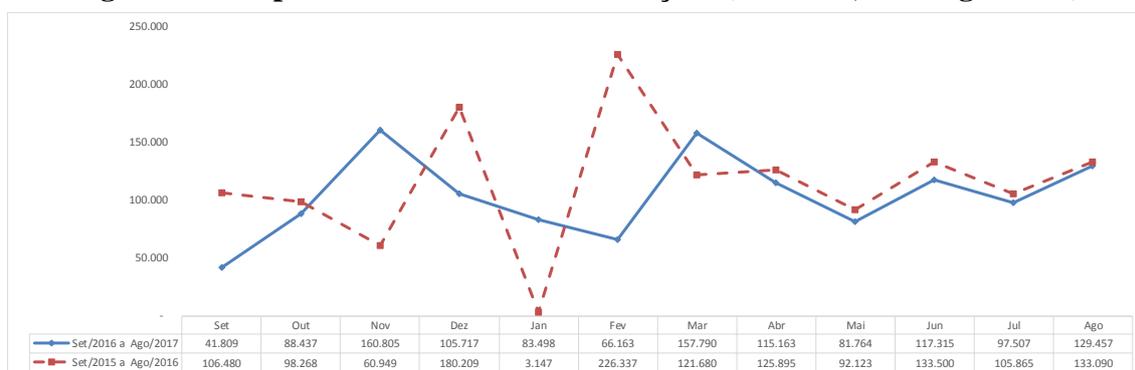
Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,24 bilhão (a preços de agosto de 2017), o que representou 6,8% da RCL do período. Esse montante foi 10,2% inferior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,39 bilhão, comprometendo 8,02% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

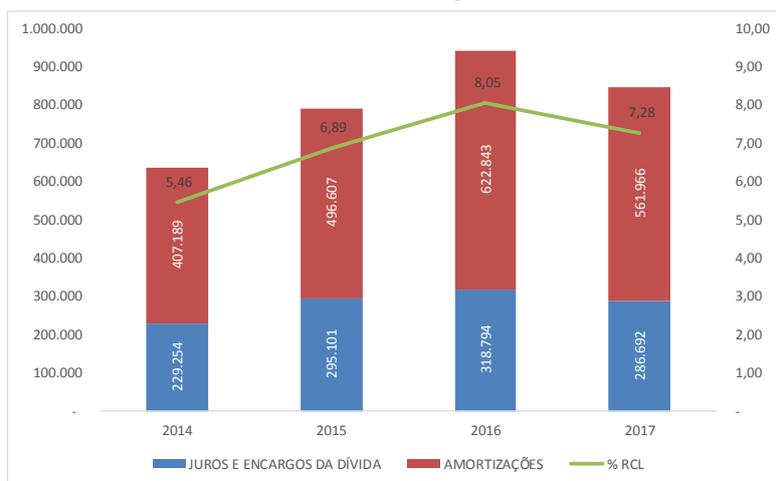
Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a agosto, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 5,46%, em 2014, e 7,28%, em 2017, da RCL acumulada no período. A redução no pagamento de juros e amortizações em 2017 pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras e, também, às reduções que a taxa Selic vêm apresentando nos últimos meses.

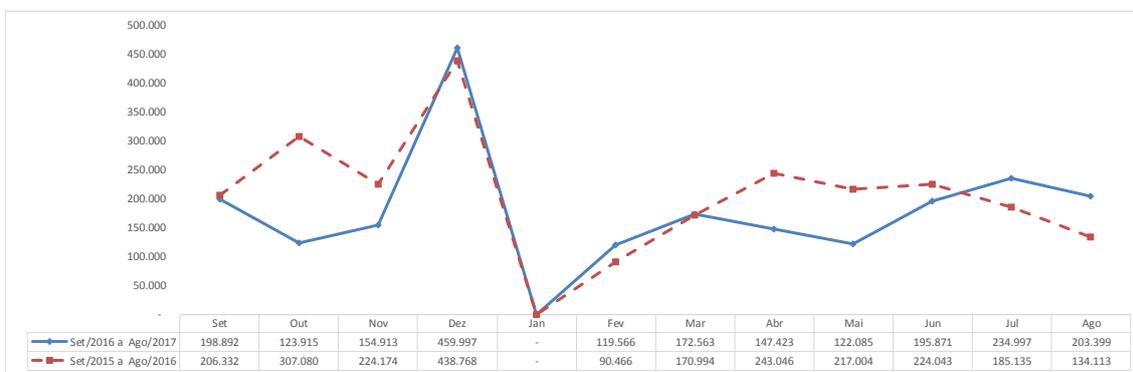
Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos dos últimos doze meses foram sistematicamente inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$ 307 milhões, ou 12,59% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Apesar desse comportamento, pode-se destacar que nos últimos dois meses da série, julho e agosto de 2017, os investimentos foram 37,2% maiores que o verificado nesses mesmos meses do ano anterior.

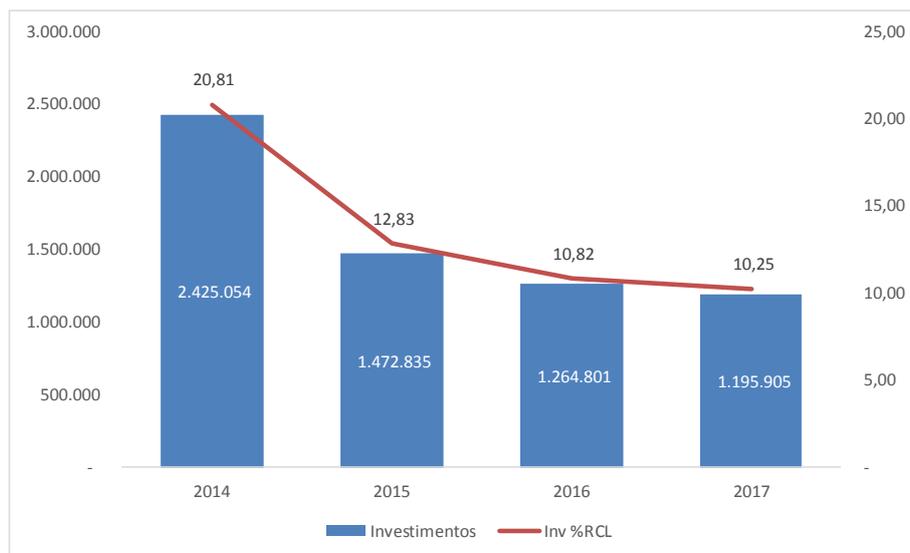
Figura 22: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos sete primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível inferior ao dos anos anteriores. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, até agosto de 2017, representaram 10,2% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (20,81% da RCL).

Figura 23: Investimentos acumulados até agosto (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Resultado Primário

Devido à disponibilidade de dados, este bloco do boletim destina-se à análise do resultado primário do Estado, tendo-se utilizado para esse fim os dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) divulgados pela SEFAZ. Nesse sentido, optou-se por considerar o resultado sem as deduções autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dado que ao considerá-las pode-se concluir que a dívida pública estadual está caindo³, se for reportado um *superávit* primário no RREO, e, quando se analisa a dívida pública constatar o seu aumento no mesmo período.⁴

Assim, na Figura 24, são apresentados os valores dos resultados primário dos últimos seis bimestres, sendo possível constatar que entre o 5º bimestre de 2016 e o 4º de bimestre de 2017 foi registrado *superávit* primário em três bimestres. Já nos seis

³ Como pode ser observado na Tabela abaixo o resultado primário de 2014 foi um superávit de R\$ 606 milhões, sem as deduções o resultado seria um déficit de \$1.773 milhões, porém a dívida teve um incremento de R\$ 2.249 milhões entre 2013 e 2014. Como pode-se observar a variação da dívida entre 2013 e 2014 não é compatível com o superávit primário reportado no RREO do 6º bimestre de 2014. É interessante observar que esse mesmo argumento é válido para o ano de 2015.

Resultado primário com e sem deduções previstas (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

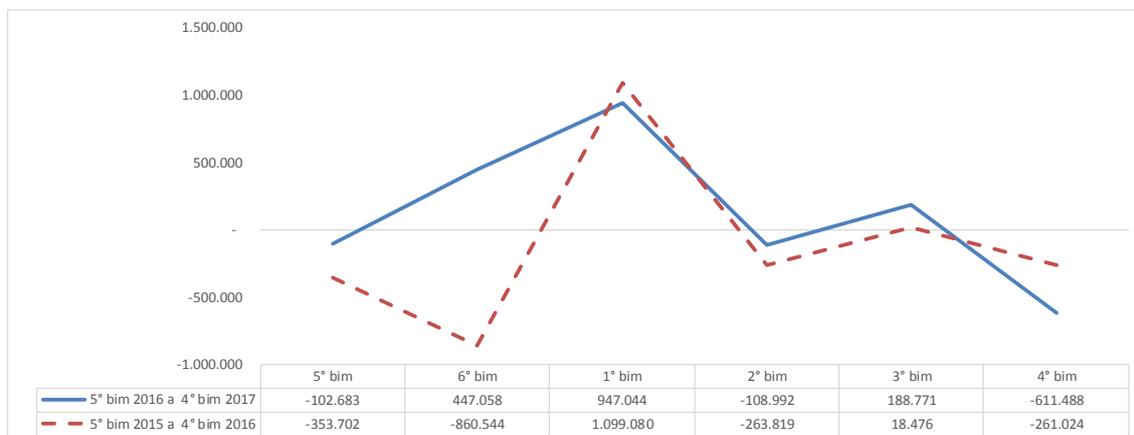
Ano	Resultado	Resultado sem Deduções	Dívida
2013	-	-	4.987.278,04
2014	606.263,97	-1.773.140,67	7.236.943,40
2015	571.447,54	-1.247.480,44	10.068.966,41
2016	1.882.802,54	932.331,69	7.861.486,99

Fonte: SEFAZ

⁴ Além disso a adoção das deduções inviabiliza análises comparativas com períodos em que elas não foram adotadas.

bimestres anteriores só foi registrado *superávit* em dois bimestres. No acumulado dos seis bimestres registrou-se um superávit de R\$ 759,7 milhões, até 4º bimestre de 2017, enquanto nos seis bimestres anteriores foi registrado um déficit de R\$ 621,5 milhões.

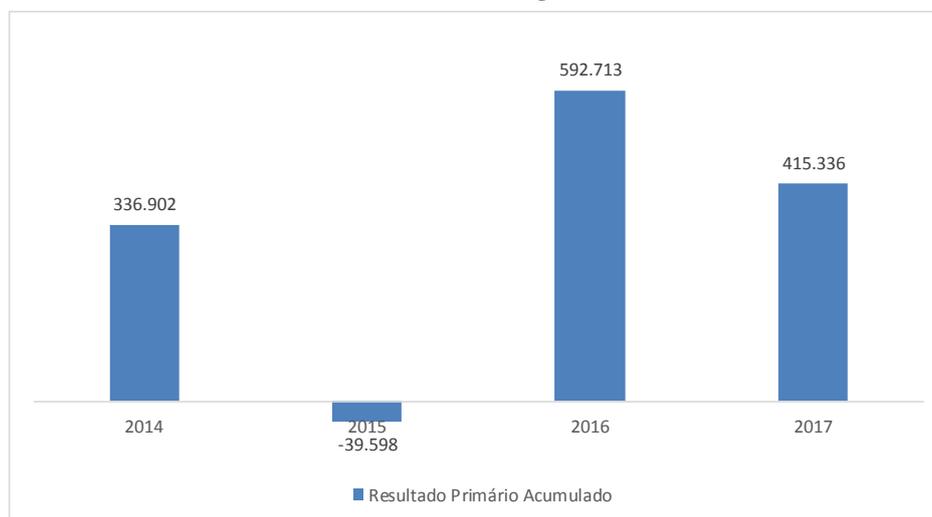
Figura 24: Resultado Primário dos seis últimos bimestres (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



Fonte: SEFAZ.

Quanto ao resultado primário acumulado nos quatro primeiros bimestres até agosto de 2017 constata-se que o superávit observado em 2017 está abaixo do verificado em 2016 (ver a Figura 25). Contudo, esse valor é superior aos resultados primários acumulados até o quarto bimestres de 2015 e 2014. Quanto ao resultado de 2017, deve-se frisar que ele está inferior à meta estabelecida para o ano que é de R\$ 460,2 milhões (ver o RREO do 4º bimestre de 2017).

Figura 25: Resultado Primário acumulado até o quarto bimestre (R\$ 1.000,00 de ago./2017)



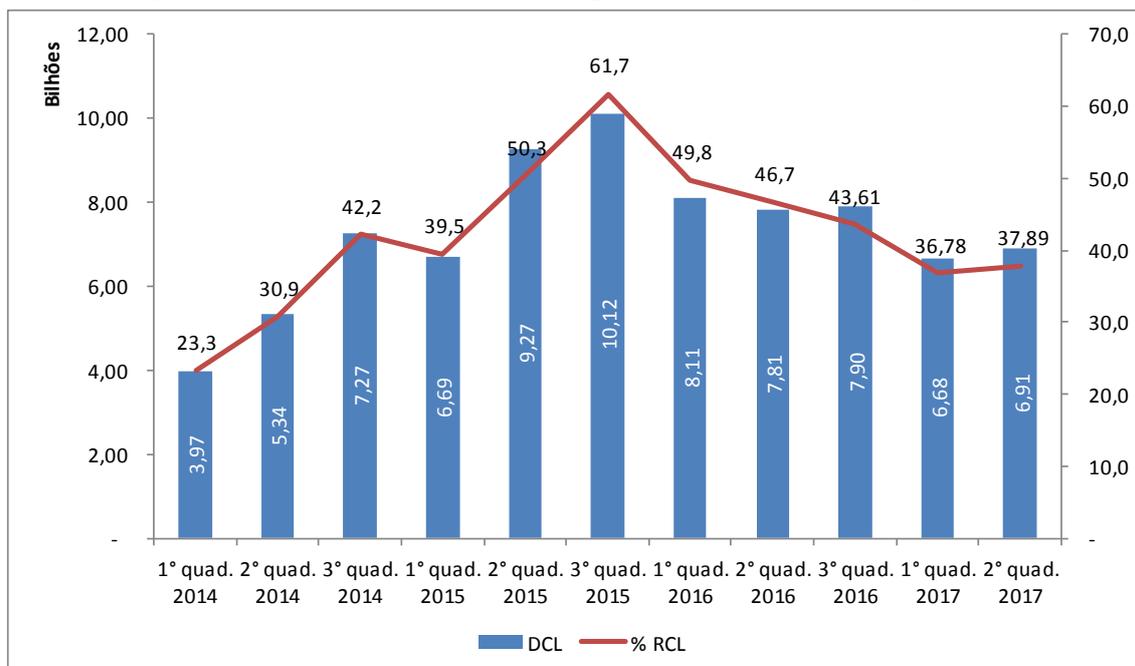
Fonte: SEFAZ.

Dívida Pública

Esta parte do boletim dedica-se a uma breve análise da dívida pública cearense. Em primeiro lugar frise-se que a dívida é uma variável de estoque, o que difere das demais

abordadas nesse documento que são variáveis de fluxo. Como pode ser observado na Figura 26, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Ceará cresceu entre o primeiro quadrimestre de 2014 e o 3º quadrimestre de 2015, tanto em termos absolutos como relativos à RCL, atingindo seu nível máximo, de 61,7% da RCL, no fim desse período. Posteriormente a DCL passou a cair, alcançando o patamar de 36,8% da RCL no primeiro quadrimestre de 2017, voltando a subir, no 2º quadrimestre de 2017, para 37,9%.

Figura 26: Dívida Consolidada Líquida (R\$ 1.000,00 de ago./2017)

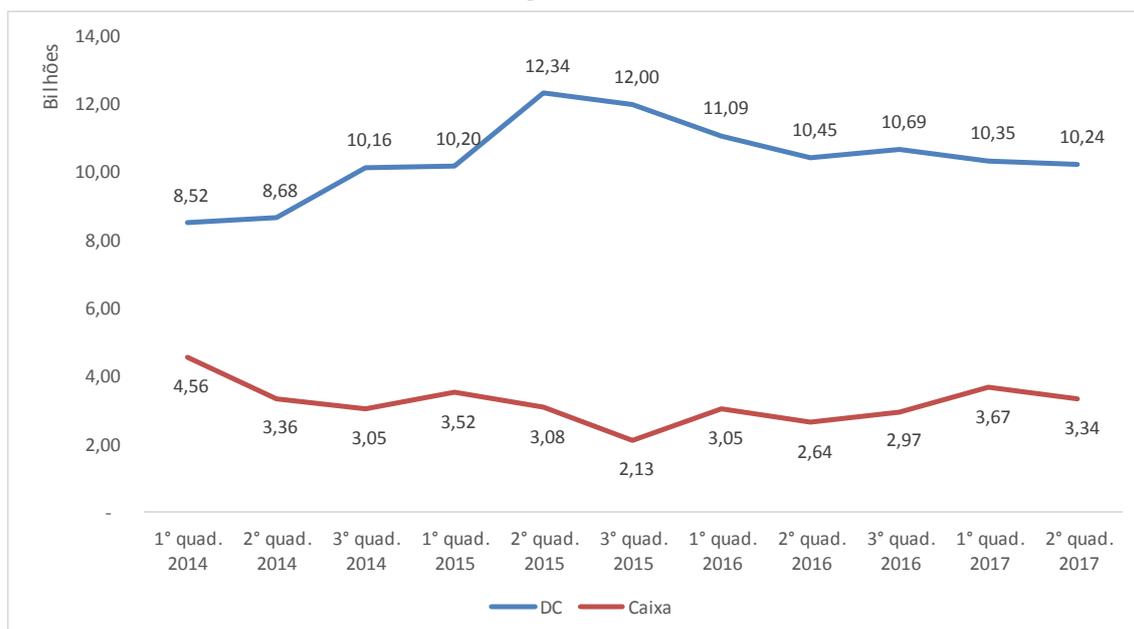


Fonte: SEFAZ.

Pode-se considerar, de forma resumida, que a DCL é composta da Dívida Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa do Governo do Estado, sendo possível, portanto, reduzir a DCL ou pela redução da DC ou via aumentos da disponibilidade de caixa. Nesse sentido, a Figura 27 apresenta o comportamento das disponibilidades de caixa e da DC do Governo do Ceará entre o 1º quadrimestre de 2014 e o 2º quadrimestre de 2017.

Constata-se, via inspeção da Figura 27, que a queda da DCL, abordada anteriormente, foi resultado tanto da redução, de R\$ 2,1 bilhão, da DC como da elevação, de R\$ 0,25 bilhão, das disponibilidades de caixa entre abril de 2015 e agosto de 2017. Ou seja, enquanto a DC foi reduzida em 16,7% a disponibilidade de caixa cresceu 8,2%.

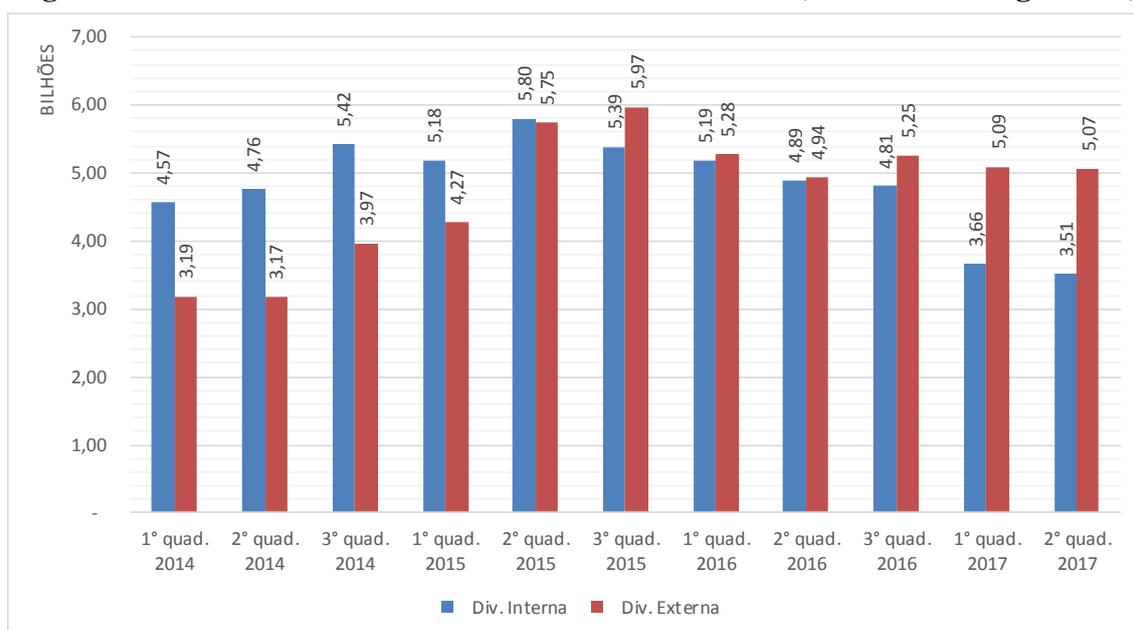
Figura 27: Dívida Consolidada X Disponibilidade de Caixa (R\$ bilhões de ago./2017)



Fonte: SEFAZ.

Com base na composição da Dívida Consolidada do Estado, cujos dados são apresentados na Figura 28, percebe-se que, no período compreendido entre o primeiro quadrimestre de 2014 e 2017, houve uma mudança, dado que a dívida interna foi reduzida em 23,1% e a externa cresceu em, aproximadamente, 60%. Uma implicação dessa estratégia, de incrementar a dívida externa em detrimento da interna, é que variações da DCL e do pagamento dos serviços da dívida tornam-se mais sensíveis às variações cambiais. Assim, espera-se que quando houver maior volatilidade da taxa de câmbio, como as que ocorreram em 2015 e 2016, a dívida pública cearense varie de forma significativa independentemente do resultado primário do Governo do Estado.

Figura 28: Dívida Interna e Externa do Estado do Ceará (R\$ bilhões de ago./2017)



Fonte: SEFAZ.

Cenário Macroeconômico e Perspectivas

A análise do cenário macroeconômico atual consiste basicamente no acompanhamento das medianas das expectativas de mercado apresentadas semanalmente no Boletim FOCUS do Banco Central do Brasil para o ano corrente. No caso, são consideradas seis variáveis que potencialmente podem trazer mais repercussões sobre as finanças estaduais, quais sejam: (i) PIB (% do crescimento); (ii) Produção Industrial (% do crescimento); (iii) IPCA (%); (iv) Meta Taxa Selic - fim do período (% a.a.); (v) Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$); e (vi) Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB). Adicionalmente, outros indicadores podem ser incluídos para dar suporte à argumentação desenvolvida, principalmente aqueles apresentados no Farol da Economia Cearense, divulgado pelo IPECE⁵. Os dados referentes ao acompanhamento semanal das referidas variáveis são apresentados na Figura 29.

Considerando primeiramente o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, as previsões medianas dos analistas de mercado iniciaram o ano com expectativas de uma evolução de 0,50% para o indicador. Até meados do mês de abril, as previsões apresentaram um ligeiro viés de baixa, e depois passaram crescer, voltando ao patamar inicial no início de julho. Com o aumento da instabilidade em decorrência da crise política, as previsões passaram a ser menos otimistas, mantendo-se durante um período de sete semanas com o valor de 0,34% (até 18/08/2017). Entretanto, nas últimas oito semanas, as expectativas voltaram a melhorar de forma que as previsões de crescimento do PIB voltaram a crescer, atingindo 0,72% na última edição do Boletim Focus (13/10/2017).

Essa expectativa de crescimento da economia tem sido, em geral, corroborada pela análise mais recentemente dos indicadores que medem o comportamento da atividade econômica, como o PIB Trimestral⁶ e o Índice de Atividade do Banco Central⁷.

Assim, com a melhoria das expectativas de crescimento, espera-se que a economia do País e a local possam reagir mais significativamente durante o segundo semestre do ano. Entretanto, ainda existem entraves importantes para uma recuperação mais intensa como, por exemplo, o descontrole das finanças públicas do Governo Federal e de vários estados e municípios, a queda dos investimentos⁸ e o elevado nível de endividamento das famílias.

Essa relativa confiança do mercado em se obter melhores resultados na economia também vinha se verificando no que se refere especificamente à produção industrial, cujas medianas das previsões para 2017 demonstraram um crescente otimismo até

⁵ Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/farol-da-economia-cearense>

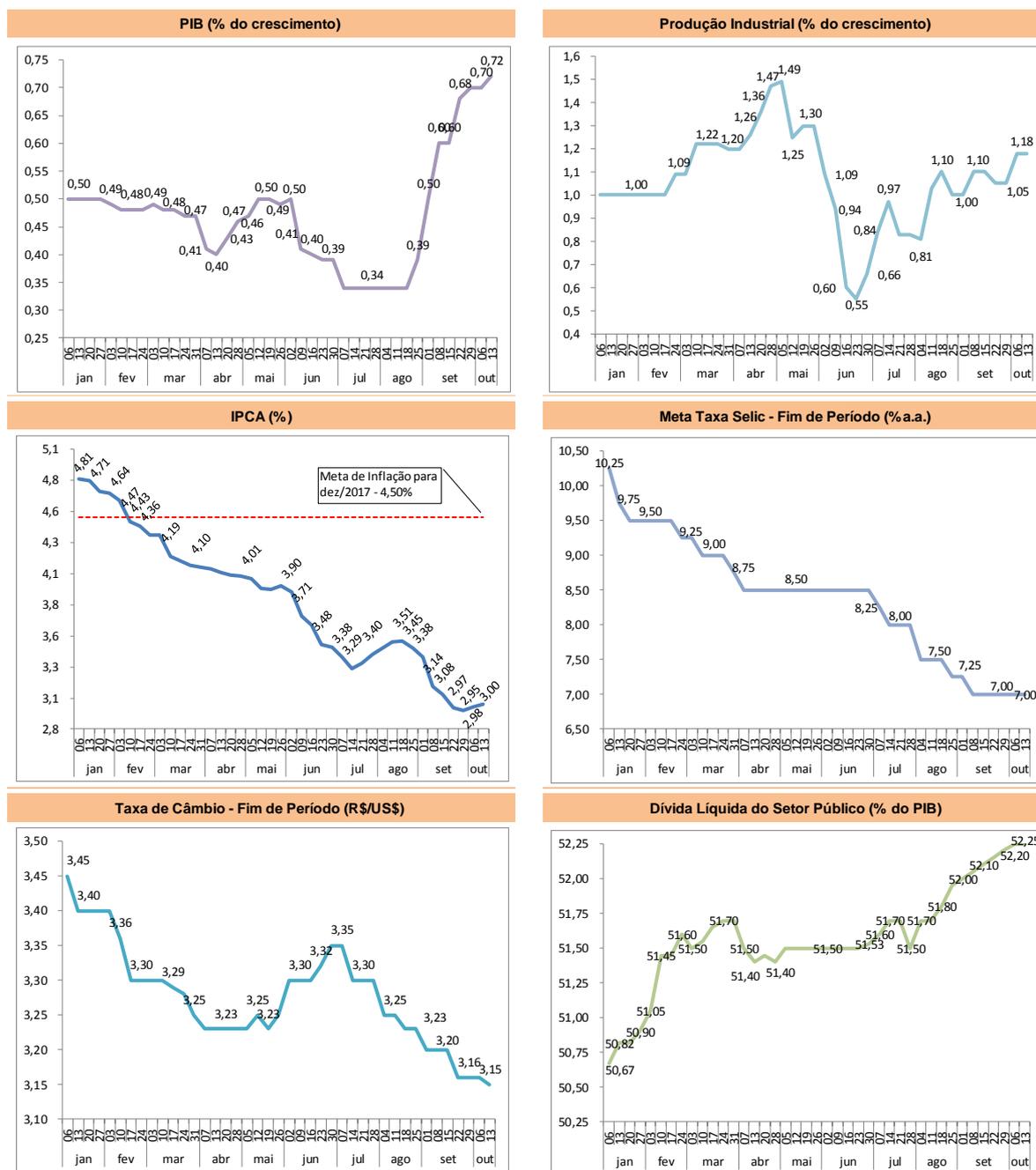
⁶ Conforme o Farol da Economia Cearense N° 04/2017, na comparação do segundo trimestre de 2017 com o segundo trimestre de 2016, tanto o Ceará como o Brasil apresentaram taxas de variação positivas do PIB, com destaque para o desempenho cearense. Já na comparação com o trimestre imediatamente anterior, as taxas também são positivas. Ademais, no 1° semestre de 2017, a economia cearense apresentou um crescimento acumulado de 0,77%, enquanto a brasileira ficou estagnada.

⁷ Conforme dados do Banco Central do Brasil (ver o Farol da Economia Cearense N° 05/2017, p. 3-4), foram verificadas taxas de variação positivas do índice de Atividade na comparação dos sete primeiros meses de 2017 com os sete últimos meses de 2016, tanto para o Brasil (+1,23%) como para o Ceará (+0,89%). Por outro lado, na comparação do acumulado do ano de 2017 com o acumulado do ano de 2016 (até julho), a taxa de variação ainda é negativa para o Ceará (-0,86%) e positiva, mas muito baixa, para o Brasil (+0,14%).

⁸ Para se ter uma ideia disto, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida pelo IBRE/FGV, apresentou variação de -4,5% no período de mai.-jul./2017 com relação ao mesmo período de 2016 (ver o Farol da Economia Cearense N° 05/2017, p. 5).

meados de maio. Entretanto, diante de maiores níveis de incerteza, essas expectativas foram revisadas para baixo até meados de junho. Contudo, as últimas previsões, apesar de algumas oscilações, têm sinalizado para resultados razoavelmente significativos, com um crescimento estimado em 1,18% para este ano (de acordo com o Boletim Focus de 13/10/2017)⁹.

Figura 29: Acompanhamento do cenário macroeconômico com base nas expectativas de indicadores selecionados do Boletim FOCUS para 2017



Fonte: Boletim FOCUS-BACEN. Elaboração: IPECE. Obs.: Atualizado até o boletim de 13/10/2017.

⁹ Essas expectativas, também, têm sido corroboradas pelos dados mais recentes da PIM-PF do IBGE. Mais especificamente, considerando o acumulado do ano (até agosto), após dois anos de quedas significativas, a Produção Física Industrial do Brasil e do Ceará registraram crescimento de +1,5% e +1,4%, respectivamente, em 2017 na comparação com o mesmo período do semestre anterior (ver o Farol da Economia Cearense N° 05/2017, p. 35-36).

Desta forma, de acordo com o exposto até o momento, tem-se que se for consolidada a recuperação da atividade econômica e da produção industrial ao longo do segundo semestre deste ano, então, será possível esperar que as finanças públicas estaduais apresentem resultados mais satisfatórios. No caso, se a indústria e a economia brasileira e do Ceará continuarem com essa perspectiva de crescimento, poderá haver um paulatino aumento da arrecadação do ICMS, bem como das transferências dos recursos provenientes do FPE em decorrência da maior arrecadação de impostos federais (como, por exemplo, o IPI) no Estado.

Considerando agora as expectativas dos especialistas de mercado no que se refere à taxa de inflação, medida pelo IPCA, verifica-se que o ano iniciou com uma previsão de 4,81% para o indicador. Até meados de julho, as expectativas foram consistentemente reduzidas para baixo. Apesar de algumas oscilações, as edições mais recentes do Boletim Focus continuam a apontar para uma queda ainda maior das taxas de inflação, com uma previsão de 3,00% ao final de 2017 conforme o Boletim Focus mais recente.

Atualmente, a inflação acumulada nos últimos 12 meses está em 2,54%¹⁰, considerando o período de out./2016 a set./2017. Então, conforme as previsões mencionadas acima, não se espera que ela apresente um crescimento muito significativo nos próximos meses, apesar das expectativas de aumento da atividade econômica no segundo semestre. Isto é um fator positivo, pois, ao ser mantida a inflação baixa e menor que a meta de 4,5%, tornam-se possíveis novas reduções na taxa básica de juros da economia, podendo chegar a 7,00% ao final do ano¹¹ (conforme o Boletim Focus de 13/10/2017).

Assim, as previsões de inflação abaixo da meta e de taxas de juros menores são elementos que conferem, por um lado, certa estabilidade ao cenário econômico atual, já que por outro lado há, como foi mencionado antes, fatores de incerteza relevantes e que não podem ser desconsiderados.

É importante enfatizar que esses fatores de estabilidade podem ajudar na recuperação da economia e, em específico, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Desta forma, se esse quadro se concretizar, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação e nas transferências via FPE ao longo do ano. Ademais, deve-se ressaltar que a redução da taxa de juros também pode ter um impacto significativo sobre o pagamento de juros, cuja redução pode auxiliar o Governo do Estado no controle de suas contas.

Os especialistas de mercado, segundo as previsões mais recentes, também vêm acreditando que a taxa de câmbio deve terminar o ano em um patamar inferior ao que foi previsto inicialmente, estabilizando-se em torno de R\$ 3,15 por US\$ 1,00. Se essa expectativa se confirmar, tem-se mais um fator positivo e que confere estabilidade ao cenário atual, pois, facilita o controle da inflação e tem o potencial de reduzir os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública contratada em Dólar o que, por sua vez, afeta positivamente o fluxo de caixa e controle das contas do Brasil e do estado do Ceará.

Finalmente, no que se refere à dívida líquida do setor público, as previsões sinalizam para uma elevação da mesma, atingindo um patamar em torno de 52,25% do PIB em

¹⁰ Conforme dados do IBGE (ver o Farol da Economia Cearense N° 05/2017, p. 9).

¹¹ Na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) a meta da taxa SELIC foi estabelecida em 8,25% a.a.

2017, conforme as expectativas mais recentes. Em 2016, este percentual foi de 46,2%, o que indica que os especialistas ainda esperam um crescimento significativo do endividamento do setor público, apesar da expectativa de queda da taxa de juros básica da economia e da taxa de câmbio. Vale salientar que, apesar de algumas oscilações, desde o início do ano, as previsões vêm sendo revisadas para cima, especialmente a partir de meados de julho, o que capta a dificuldade crescente que os governos, em geral, estão tendo em controlar o endividamento, principalmente devido à frustração de receitas e ao aumento dos gastos públicos.

Esse é um indicador importante, pois, se o endividamento crescer de forma explosiva ele pode afetar negativamente o controle das contas públicas e, em algum momento, impedir reduções mais significativas da taxa de juros básicas se o mercado acreditar que o setor público, e em particular, o Governo Federal não é capaz de honrar adequadamente os seus compromissos com juros e amortizações.

Portanto, em síntese, tem-se que a análise das previsões dos principais indicadores macroeconômicos permite concluir que os especialistas de mercado, de maneira geral, estão cada vez mais otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017, apesar dos fatores que conferem incerteza ao cenário. Entretanto, reforça-se com mais força a necessidade de controle das contas públicas e do endividamento, especialmente no âmbito federal, para evitar um retrocesso nos avanços verificados recentemente. Isso é importante para o Ceará, pois, mesmo que suas finanças se encontrem em melhor situação relativa que as do País, os desdobramentos que ocorrem na economia nacional acabam afetando direta ou indiretamente o Estado e o seu controle na área fiscal.